



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005369-16.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Durval Martins de Oliveira**
 Requerido: **Indalécio Alves de Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Durval Martins de Oliveira propôs ação de obrigação de entregar coisa certa e restituição de dinheiro c/c tutela de urgência e subsidiariamente ação de reparação de danos materiais e morais em face de **Indalécio Alves de Oliveira**. Alegou que contratou os serviços do requerido para o conserto de aparelho amplificador Modelo A1, Gradiente, pelo valor de R\$2.800,00. Que já realizou o pagamento de R\$1.900,00 sendo que o requerido se nega a realizar a devolução do aparelho. Requereu a tutela de urgência para que o requerido entregue o bem consertado sob pena de multa, e em caso de impossibilidade da devolução ou se devolver o bem no estado em que recebeu, perdas e danos de R\$6.000,00 e indenização pelos danos materiais no valor de R\$1.900,00, e ainda danos morais no valor de R\$8.800,00.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 04/25.

Indeferida a tutela pleiteada (fls. 29/30).

Citado (fl. 35), o requerido se manteve inerte.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Conquanto regularmente citada a parte requerida não apresentou contestação. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito da parte requerente, o que deve ser feito, já que a revelia não induz, necessariamente, à procedência.

As conversas de fls. 05/19, bem como a notificação de fls. 20/23 e os comprovantes de fl. 25, comprovam a relação jurídica entre as partes e evidenciam a negociação mencionada na inicial.

O requerido teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pelo autor e, no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos.

Havendo alegação de inadimplemento contratual, com a não devolução do bem entregue para conserto, competia ao requerido a prova da efetiva devolução. Como dessa forma não procedeu, a procedência, neste quesito, é de rigor.

O réu deverá devolver o bem descrito na inicial em 10 dias, devidamente consertado. Caso não tenham sido realizados os reparos no aparelho, o réu deverá proceder também à devolução do valor de R\$1.900,00, já despendido pelo autor como pagamento para a prestação do serviço. Na hipótese de não ocorrer a devolução do bem, converto a obrigação de fazer em perdas e danos no valor de R\$6.000,00, quantia suficiente à indenizar o requerente sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, considerando que a informação do autor, de que este é o valor do aparelho não fora impugnada.

Por fim, não há que se falar em dano moral a ser indenizado. O dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial, moral, psíquico e intelectual do ser humano, principalmente ao que se refere à sua liberdade, honra, saúde mental ou física e à sua imagem, sendo que o mero aborrecimento com as situações cotidianas não geram dano moral e devem ser suportadas por todos aqueles que vivem em sociedade.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos iniciais, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do NCPC para condenar o réu à devolver o bem descrito na inicial em 10 dias, devidamente consertado. Caso não tenham sido realizados os reparos necessários no aparelho devolvido, condeno o réu à devolução do valor de R\$1.900,00, já despendidos pelo autor. O valor será atualizado monetariamente desde a data de cada pagamento, de acordo com a tabela prática do TJSP, e incidirão juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Não ocorrendo a devolução do bem, condeno o réu ao pagamento de R\$6.000,00 pelas perdas e danos. Nesse caso o valor será corrigido monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde a data de publicação desta sentença, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, do mesmo marco.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condenação atualizado, apenas para o patrono do autor, diante da revelia.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça.

Com o trânsito em julgado, querendo, a parte autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 27 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**